

leitor e do autor, 'confronto' que arrasta atrás de si muitos problemas como por exemplo os de compreensão, adequação da linguagem, transformação de frases, pontuação, de ortografia... penso que os alunos ao trabalharem a sua própria escrita são capazes de compreender melhor o conjunto dos conceitos. Havendo na aula material disponível, como os ficheiros autocorrectivos, por exemplo, os alunos vão, a pouco e pouco, superando as suas dificuldades a nível da escrita. Bem, isto tudo para dizer que seja qual for a norma ortográfica utilizada os problemas de aprendizagem de leitura e escrita dependem mais do método de ensino do que das questões ditas de ortografia ou das alterações e dificuldades que eventualmente venham a existir a partir de um acordo ortográfico novo.

IVO DE CASTRO - Valeu a pena realmente termos acompanhado a sua exposição até ao fim. Foi muito sedutor nas exemplificações do país real que nos trouxe, do qual, por vezes nos esquecemos ..., e deu-nos um recado final que foi: seja qual for a ortografia, do ponto de vista do aprendiz é a técnica do professor que surte efeito. A técnica que fez muito baseada na integração da criança no grupo e na cultura em que vive são motivadores e veiculadores do aprendiz e, portanto, seja qual for a ortografia adoptada o método é que conta. Aqui está um ponto de vista que daqui a pouco vai prestar-se a alguma conversa. Agora faríamos a transição para o Inácio Fiadeiro que nos vai falar também de problemas de aprendizagem da leitura.

INÁCIO FLAIDEIRO - Começo já com a dita conversa que anunciou, porque não estou, felizmente, de acordo com o que a Júlia Soares acabou de dizer e vou tentar explicar porquê, baseando-me nalguns argumentos fornecidos pela psicolinguística. Para quem esteja a ouvir poderá parecer um bocado 'seco' já que vou falar de alguns dos experimentais, coisas objectivas, que têm a ver com a linguagem, com a escrita, não tanto no sentido que se acabou de falar, que diz respeito ao facto de as palavras significarem coisas ou conceitos, e esse é um dos níveis de abstracção subjacente à fala e à escrita, mas ao nível seguinte que é o da relação da escrita e dos sons que a escrita pretende representar. Quando falamos das prescrições que nós fazemos, de como se deve escrever ou como é que se deve falar, isso faz parte da descrição da linguagem. Em psicolinguística o que nos interessa é saber que processos é que utilizamos, a que chamamos processos mentais ou psicológicos, até certo ponto independentes do contexto de interacção ou de significado pragmático da fala, estamos a tentar falar de processos subjacentes à compreensão da linguagem.

Eu tenho trabalhado mais no campo de percepção da linguagem, mas agora estou aqui para falar de ortografia. Não sei se foi um acaso mas o que é um facto é que as coisas estão mais interligadas do que parece à primeira vista e é sobre essa relação que eu quero começar por falar hoje, aqui.

Tem-se verificado que grande parte onde há dificuldades com a aprendizagem da leitura, postos de parte os casos onde há problemas de motivação ou de interacção com o ambiente, tipo clínicos, também não têm subjacentes problemas de aprendizagem geral, ou de visão, ou de audição. Pensava-se até certa altura, e isso é o que nos diz o senso comum, que para ser capaz de representar palavras, bastava ter capacidade de aprendizagem, capacidades visuais intactas, capacidades de audição para ter uma imagem auditiva das palavras... Tem-se verificado que há muitos casos em que há problemas de aprendizagem da leitura e não há outros casos de problemas de aprendizagem associadora. Uma criança pode aprender música e no entanto não aprender a ler e a escrever, isso em especial nos sistemas alfabéticos e aí há uma grande primeira diferença entre aquilo que é a descrição linguística das regularidades da fala que não correspondem aos processos psicológicos, tal como as unidades utilizadas pelos linguistas para descreverem a fala não têm uma correspondência directa com a realidade psicológica, e isso acontece porque o alfabeto não representa os sons directamente, o que seria uma escrita fonética, mas representa categorias abstractas de sons e por isso se diz que é um código fonológico. Já em termos perceptivos, que nos dizem que nós estamos permanentemente a conferir um sentido, diremos que reconhecemos na nossa memória semântica as palavras que nos estão a uma onda acústica que nos chega ao ouvido, e na psicolinguística pretendemos saber o que se passa entre essas duas coisas. Se nós pensarmos no caso simples das sílabas di e du - é o caso mais citado nos livros e nos trabalhos - vê-se que acusticamente esses dois estímulos são muito diferentes, embora nós oijamos como tendo sons iniciais iguais. Acusticamente, no entanto, não há nada que corresponda a um d, independentemente do contexto vocálico onde ele estiver situado. Isso quer dizer que nós criamos uma categoria de percepção através de um processo complexo que não é explicável através da relação directa entre o estímulo acústico e o que o precede. Isso implica uma descodificação desse sinal acústico de modo a extrairmos dele o fone que é uma categoria, que é uma categoria de som que todos podemos discriminar e que se opõe a fonema. A escrita alfabética utiliza categorias de sons. Se perguntarmos a uma criança como se escreve pato ela não diz /p/ /a/ /t/ /u/ mas

mas sim [pe] [a] [te] e para perceber que o que há de comum entre pato e pata são os três primeiros segmentos implica um trabalho mais complexo do que se pensa e tem-se verificado nos casos em que há dificuldades na aprendizagem da leitura que existe normalmente uma dificuldade em distinguir os fonemas. Em termos de intervenção educativa tem-se feito experiências em que, por exemplo, era pedido às crianças para praticar exercícios de audição e vocálicos antes de terem qualquer contacto com formas gráficas. Só ao fim de 2 ou 3 meses depois de eles serem capazes de substrair sons, juntar sons, é que era introduzido o símbolo gráfico. Em comparação à média dos outros anos eles tiveram menos dificuldade em aprender. Treinos nesses tipos de tarefas geralmente produzem bons resultados na leitura. Isto quer dizer que em relação à ortografia não convém ter aquela ideia de que tanto faz a ortografia, porque em todos os casos se trata de representar sons através de formas gráficas. Há certas especificidades e há particularidades e o código que constitui o alfabeto não é tão linear como isso e não é indiferente a forma de o representar. Até porque só o facto de haver várias representações gráficas para o mesmo fonema, vários fonemas para a mesma representação gráfica, é um tipo de problema que pode constituir depois uma raiz que pode produzir dificuldades quando da aprendizagem da leitura.

Outra questão diferente é saber se com a proposta de unificação que se propôs se vai aumentar ou diminuir as dificuldades. Há a ideia que, por um lado, tudo o que seja mais próximo do som será mais fácil de aprender e nesse caso, por exemplo, o facto de se tirarem acentos irá aumentar as dificuldades da leitura, porque não será tão próxima da realização fonológica aquilo que se escreve, por outro lado a supressão das consoantes mudas poderá compensar esse efeito já que se trata de representações que não têm realização na fala.

Essa mediação fonológica é por um lado uma necessidade, já que não existe uma variante acústica que nós podemos discriminar, por outro lado é uma realidade que toda a gente quando não lê parece conhecer que a forma gráfica passa por uma mediação fonológica, mesmo no leitor mais automatizado. Eu penso que nós passamos necessariamente por essa mediação, em termos do som. Outra questão que tem sido muito investigada na psicolinguística é saber primeiramente como é que se passa o processo de reconhecimento de palavras e se em segundo lugar será necessário que, no acto de ler, reconheçamos individualmente cada palavra, isto porque se levantam por vezes argumentos que dizem que se há problemas entre a representação gráfica e o som da palavra o contexto permite extrair o resto da informação.

Existem dois ou três estudos recentes que nos dizem que o contexto facilita o reconhecimento das palavras, não tanto pelo facto de predizer a pala

vra que vem a seguir mas pelo facto de cada palavra poder partilhar uma série de capacidades semânticas que têm em comum com uma série de outras, quando há essa partilha é mais fácil reconhecer palavras da mesma família mas não desenvolver expectativas acerca do que vem a seguir, embora o próprio processo de extracção de informações dentro de uma frase seja útil para predizer o que vem a seguir não é suficientemente rápido para que esse processo seja eficaz. Isso significa que os dados experimentais não indicam que seja tão útil como isso recorrer ao contexto sempre e que isso nos irá permitir superar dificuldades. Do ponto de vista destes estudos será mais útil que a palavra contenha tanto quanto possível o máximo de informação que permita o seu reconhecimento inteiramente. Outro dado já estabelecido diz-nos que são os maus leitores as pessoas que têm dificuldades de leitura ou leitores menos treinados, aqueles que utilizam mais a informação do contexto. Isto é um dado que demonstrará que se quisermos utilizar estes dados experimentais, devemos supor que será tanto melhor quanto maior informação estiver contida na palavra. Os maus leitores utilizam mais o contexto porque têm mais dificuldade no tal acesso à representação intermediária de tipo fonológico. Como conclusão destas duas coisas talvez se pudesse dizer que a escrita devesse representar maximamente o som. Por outro lado, para quem ainda não aprendeu regras tanto faz aplicar um tipo de regras abstractas e arbitrarias como um outro. Nesse sentido seria o método que lhe iria fornecer o desempenho da aprendizagem da leitura. Mas apesar disto, talvez haja certos limites e certas questões que devam ser levantadas quando se define prescritivamente como se deve representar um som. Obviamente que uma lei diferente, que nos ensine a escrever de maneira diferente não vai modificar os nossos processos mentais. Aquilo que eu quis levantar foi alguns pontos donde se pode tirar partido daquilo que se conhece para facilitar a aprendizagem da leitura e da escrita ou a facilidade do reconhecimento das palavras escritas, sabendo-se que a ortografia serve para exprimir e para ser lida e acho importante que se tenha isso em conta quando se discute o problema do Acordo...

IVO DE CASTRO - Nesta função que tenho para fazer os relatos dos acontecimentos quero salientar que depois de um momento de tensão, quando o Inácio disse que não concordava completamente com a perspectiva adoptada pela Júlia Soares, foi ultrapassado quando se reconheceu que a não arbitrariedade da ortografia deve ser enfrentada num primeiro momento que é o da sua fixação, e num terceiro mo-

mento que é o de percepção, mas que num momento intermédio que é o da aquisição talvez a formulação que a Júlia estava há pouco a fazer, que o que interessa é no fundo uma técnica de aprendizagem - acabasse por ser compatível com a proposta. Só gostaria de chamar a atenção para um aspecto: nas intervenções anteriores foi salientado o contexto onde a aprendizagem se faz e isso leva-nos a pensar que as implicações de uma ortografia não são apenas do foro psicológico mas do foro social ou sociológico. A unidade social ou mesmo nacional onde uma escrita se desenvolve tem de ser examinada no momento de definir uma ortografia. Isto abre caminho à intervenção do professor Paulino Vandresen que irá tratar precisamente da ortografia no social ou do social na ortografia.

PAULINO VANDRESEN - Um acordo ortográfico normalmente implica mudanças num sistema ortográfico e qualquer sistema ortográfico tenta, de alguma forma, representar a forma como a língua é falada, e quando nós consideramos que sete nações falam a mesma língua em circunstâncias históricas e sociais completamente diferentes, é mais ou menos óbvio que o sistema da escrita, que por natureza permite menos alterações do que a linguagem falada que como sabemos é extremamente variada, comporta um número imenso de variações até no mesmo indivíduo, de acordo com as circunstâncias sociais em que a fala tem lugar, nós podemos falar formal ou informalmente, usando até regras gramaticais diferentes consoante o caso, nós podemos informar que cada sistema ortográfico privilegia uma determinada forma de falar. Assim a unificação de um mesmo sistema ortográfico naturalmente afasta a utilização no sentido que foi levantada pelo Inácio. A partir de 75 houve no Brasil uma grande discussão em que se fazia uma proposta de uma reforma radical no sistema ortográfico a ser utilizado no Brasil face a uma comprovada "inadequação", segundo os propositores, em termos de análises feitas nos processos de alfabetização e análise de erros procedidos em redacções escolares e até no próprio vestibular, que é um exame que se faz para se entrar na Universidade. Uma das verificações é que a maioria dos erros cometidos estavam em torno de quatro fonemas [s], [z], [ʃ] e [ʒ]. O [s] por exemplo permite alguns dialectos brasileiros nove representações diferentes, isto é, o aluno tem nove hipóteses de representação ss, s, c, ç, x, etc. e sempre é uma dívida atroz saber que palavras se escrevem com j e que palavras se escrevem com q.

Face a estes problemas, um grupo através de uma organização dos cursos de Letras apresentou uma proposta que foi discutida em várias associações de professores de português e na própria ABRALIN proposta essa em que se tentavam rela-

ções unívocas entre o sistema gráfico e uma forma de pronúncia que é considerada padrão erudito, que é a linguagem utilizada no teatro e no canto, que era uma pronúncia proposta, a partir de dois congressos, para a unificação da linguagem do teatro e no canto onde é necessário haver uma uniformidade maior para não descaracterizar as personagens. Essa discussão contou com a participação de grupos de especialistas habituados a planejar sistemas ortográficos para línguas indígenas que não possuíam tais sistemas e onde a solução é muito mais fácil porque não se tratava de uma forma do sistema mas a criação de um sistema novo.

Uma das discussões finais que ocorreu sobre esse sistema foi numa reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência de Salvador da Bahia, em cujo campo a ABRALIN faz também reuniões anuais. Houve uma discussão bastante acalorada, mais do que a nossa de hoje em que na verdade sai vencedora a proposta de não se mexer no sistema ortográfico em virtude de vários argumentos. Um dos argumentos mais fortes era que a língua portuguesa não era só património do Brasil, mas era igualmente de todos os países signatários deste acordo ortográfico. Outro argumento que se levantou foi a falácia dos argumentos apresentados pelo grupo que defendia a reforma em relação à alfabetização. O argumento apresentava-se viciado na medida em que eles pressupunham que a criança vinha para a escola a falar a linguagem apresentada nesses congressos sobre o teatro e o canto, e obviamente isso não é verdade já que o problema da variação linguística no Brasil é enorme. A variação passa pela interferência de todos os nossos grupos de imigrantes, de línguas indígenas, influências africanas e mesmo falares dialectais diferentes; de forma que a variação que o professor da 1ª série encontra creio que é muito mais ampla do que, penso, aqui em Portugal.

O 3º argumento também decisivo é de âmbito económico. É que uma reforma de grande porte 'resolveria' toda a indústria gráfica. Ela torna obsoleta todo o stock que as livrarias têm e tudo o que os editores produzem. O exemplo citado na época era o de uma enciclopédia que havia sido editada e que ainda não tinha sido distribuída. Se este acordo fosse feito o seu editor suicidar-se-ia certamente por desespero financeiro. Aparentemente nós esgotámos o nosso interesse da discussão de uma reforma ortográfica nesse período e o actual momento do acordo ortográfico no Brasil. Obviamente os jornais e as revistas publicaram opiniões sobre o assunto mas, de facto, não despertou o interesse que despertou aqui em Portugal por aquilo que eu tenho visto em jornais e em revistas.

Um dos aspectos que talvez valesse a pena abordar é justamente a relação de optimização de um sistema para a leitura e para a escrita e obviamente

o ensino de um sistema ortográfico para ensinar a ler e a escrever às crianças das nossas escolas, e a organização de um sistema ortográfico que seja aceitável por todos os países signatários do acordo, levando em conta a variação do registo oral da língua portuguesa nestes sete países. É mais ou menos óbvio que quanto maior forem as relações unívocas entre fonema e grafema mais fácil, tecnicamente, é o ensino. Claro que não podemos fazer com que o mesmo sistema ortográfico atenda a todas as variantes faladas nestes sete países. Devemos também considerar alguns aspectos e vantagens na política relativa ao idioma português. Eu volto agora a dizer que é património de todas as sete nações. Os portugueses devem sentir-se como pais de família que já têm seis filhos adultos e proibi-los de trabalhar e de participar seria perfeitamente anti-económico. Acho que a língua portuguesa deve estar orgulhosa de possuir 170 milhões de falantes, mas pergunto-me quantos são, desses 170 milhões, os que escrevem e os que lêem a língua portuguesa. E esse deveria ser o nosso objecto de vergonha; que os nossos falantes não leiam e não escrevam e não estejam a produzir trabalhos de valor intelectual, que sejam lidos por outros países que não são de fala portuguesa. Deveríamos-nos preocupar como um todo com o papel da língua portuguesa no mundo. Temos mais falantes que o italiano e que o francês, por exemplo, mas seguramente o francês e o italiano são línguas mais estudadas e que investem mais dinheiro no ensino do italiano como língua estrangeira, no francês como língua estrangeira que as nossas sete nações que falam o português. Penso que deveríamos pensar numa política do idioma para a população que fala a língua portuguesa, e antes de pensarmos num certo imperialismo da língua portuguesa para a ensinarmos a outros países nós temos que nos preocupar com um sistema de ensino e com as oportunidades de leitura para os povos que falam estas línguas. Ontem e hoje vimos que há problemas em Portugal como os há no Brasil, na Guiné, em Angola, e então penso que numa primeira etapa nós devíamos pensar numa política de alfabetização dos 170 milhões que falam o português, e em particular no Brasil tem-se gasto dinheiro inutilmente alfabetizando quer crianças, quer adultos que depois retomam ao alfabetismo. Eu participei numa pesquisa, em 1966, em toda a costa do meu Estado, entre pescadores artesanais, e uma das questões que me chamou a atenção era que eles declaravam ter ido para a escola durante dois ou três anos mas não sabiam ler nem escrever. Se eles foram aprovados e eles souberam ler algum dia, mas deixaram de saber ler porque não havia que ler: não havia jornais, não havia revistas, ou seja, a língua escrita não faz parte das funções da comunidade onde estas pessoas se inserem. Hoje em dia conside-

ra-se na literatura da sociolinguística de que a língua tem funções e então acho que uma das primeiras coisas a serem criadas em termos de política de idioma é criar um desenvolvimento da organização das nossas comunidades nesses sete países de tal forma que criemos a necessidade de usar a língua escrita. Isso significa um evoluir de uma sociedade agrafa, em que a escrita não é necessária, para uma comunidade desenvolvida onde a escrita se faz necessária, e é útil e precisa ser utilizada.

Só numa segunda etapa que pode ser simultânea é que se deveria investir no ensino do português como língua estrangeira e difusão do pensamento das nações que falam português para as outras nações do mundo, enfim nos fazermos presentes na comunidade científica e acadêmica internacional.

E por isso me pareceu que em Portugal há um certo ciúme pela língua, como se fossem coisas completamente separadas, quando nos poderíamos considerarnos uma família, em que Portugal é sem dúvida o integrante mais antigo, mas todas as sete nações são igualmente participantes do português e todos juntos podemos fazer um programa para atingir os objectivos de uma ampliação de uma difusão da literatura escrita em língua portuguesa. E esta unificação facilitará o intercâmbio. Na minha universidade, por exemplo, onde há um interesse crescente pela leitura de obras literárias dos países africanos para uma melhor compreensão dessa cultura, como já há, de longa data, um interesse sobre a literatura portuguesa, eu acho que esse intercâmbio entre os sete países signatários desse protocolo do acordo ortográfico. [...] O terceiro ponto importante seria a pesquisa das diferenças existentes entre o português falado pelos sete países e através da divulgação da literatura nós absorveríamos essas diferenças, superando-as, porque se tornariam populares e conhecidas.

Eu desejaria que a proposta técnica da mudança ortográfica ainda sofresse algumas modificações. Eu teria por exemplo muita curiosidade em saber que tipo de dificuldades daria aos leitores de língua portuguesa um texto completamente sem acentos agudos graves a circunflexos... É que me parece que há um jogo de equilíbrio: sempre que nós facilitamos o leitor, dificultamos um pouco o escritor, o aprendiz, porque se é mais fácil ler um texto acentuado é muito mais difícil aprender a acentuar todo o texto... eu acho que todos esses aspectos deveriam ser testados antes que o acordo fosse ratificado pelas assembleias - eu inclusive tenho a impressão que no Brasil se vai atrasar essa discussão, porque nós estamos discutindo uma nova constituição, estamos escolhendo os nossos constituintes, e isso levará algum tempo e, obviamente, uma nova constituição, depois de um reta



lho constitucional de vinte e tantos anos de governos militares é para nós muito mais importante neste momento do que um acordo ortográfico, que nos interessa mas se deveria estar concluído até 1988 e face à nossa motivação constitucionalista eu tenho os meus temores que nós estejamos um pouco atrasados... mas aí nós estamos com os nossos irmãos de África que não garantiram um posicionamento final quanto a esse aspecto. Nesse caso isso nos daria tempo de ver, no caso da acentuação, por exemplo, se ela é verdadeiramente necessária, ou até que ponto os hífens influem na compreensão da leitura e tantas outras coisas que deveriam ser testadas antes da ratificação. Eu acho que um acordo ortográfico para durar 100 ou mais anos devia ser testado [analisado, discutido]...

Eu não sei se ainda há tempo para que essa discussão devesse ser feita... talvez o professor Casteleiro nos pudesse dar alguma informação a respeito... No Brasil houve, de facto, uma certa reacção da comunidade académica face à forma como [esse acordo] foi feito... Reparem que nós ficámos uns vinte e tantos anos sem muitas possibilidades de discussão, então nós agora queremos discutir tudo e então como estamos agora sofrendo de uma 'democratite' aguda queremos discutir tudo, mesmo o que não faz parte das nossas competências porque achamos que isso é democracia... Eu penso justamente que o acordo ganharia com essa discussão num ambiente académico em perspectivas não só como as que o Inácio colocou mas também em perspectivas metodológicas. Eu penso que um grande debate, por exemplo, como o que felizmente se está a fazer no Brasil sobre alfabetização, seria extremamente importante porque é um problema muito importante não sei se também para Portugal, mas para o Brasil e para os países africanos de falantes é um enorme problema. Seria por isso extremamente importante que através deste acordo se elaborasse uma política para o idioma português.

IVO DE CASTRO - Parece-me que a sua intervenção levantou alguns pontos que se orientam para as conclusões deste debate. A inserção do problema da ortografia num contexto mais vasto que é o da política do idioma, a revisão técnica do acordo que agora existe assinado pelas academias com ampliação do quadro negociante e o reforço do intercâmbio cultural, literário, linguístico e humano entre os países envolvidos, incluindo de uma maneira muito forte os países de África, parece-me que são algumas das possibilidades de melhorar que se nos abrem. Não sei se hoje podemos chegar a acordo sobre algumas destas questões, mas parece-me que seria interessante que no fim deste Dia entre os linguistas portugueses reunidos tivessem formulado uma, duas, três ideias nestes ou noutros sentidos que os senhores acharem. Penso que agora é altura da sala se manifestar, para além da impaciência que já revelou algumas vezes.